

Violência contra mulher: saberes compartilhados por mulheres na atenção básica

Violencia contra mujer: conocimientos compartidos por mujeres en atención primaria

Violence against women: knowledge shared by women in primary care

Débora Ferreira Ramos

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES/Brasil

ORCID: 0000-0003-0560-4201

E-mail: deborasramos@gmail.com

Dayane da Silva Neves

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES/Brasil

ORCID: 0000-0001-8071-9813

E-mail: dayane_sneves@hotmail.com10

Alexandra Iglesias

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES/Brasil

ORCID: 0000-0001-7188-9650

E-mail: leiglesias@gmail.com

Resumo

Este estudo busca trabalhar a temática da violência contra mulher a partir da experiência de trabalho em um Grupo de Mulheres em Unidade de Saúde da Família do município de Vitória-ES. Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, do tipo relato de experiência, que foi construído por diferentes profissionais por intermédio de diários de campo produzidos durante os encontros. Foram realizados quatro encontros de forma remota devido ao isolamento social da pandemia da COVID-19. A temática foi abordada e desenvolvida com base no que as mulheres participantes apresentavam sobre o tema, visto que a aposta do trabalho proposto era da construção de um espaço de escuta com foco na manutenção do cuidado e do acolhimento, pautado nas experiências de cada mulher participante. Afirma-se ainda a importância do trabalho sobre a violência contra a mulher dentro dos serviços de saúde e a compreensão de que é uma temática que pertence ao âmbito jurídico, à segurança pública, mas também ao Sistema Único de Saúde. Os resultados principais foram as reflexões traçadas a partir de quatro categorias: pactuações e partilhas grupais; experiências de violência sexual, moral e patrimonial; possibilidades de vida para além da violência e oferta de cuidados às mulheres. As discussões demonstram uma construção possível por meio de um trabalho não hierarquizado, pautado no vínculo e no acolhimento. Considera-se como limitação a impossibilidade de acompanhar as repercussões na vida dessas mulheres no modo de lidar com as violências e indica-se a necessidade de novas pesquisas que avaliem tais repercussões.

Palavras-chaves: Violência contra mulher; Atenção básica; Grupo.

Resumen

Este estudio objetiva trabajar el tema de la violencia contra mujer a partir de experiencia de trabajo en Grupo de Mujeres en Unidad de Salud de Familia en la ciudad de Vitória-ES. Se trata de una investigación cualitativa descriptiva, tipo relato de experiencia, que fue construida por diferentes profesionales a partir de diarios de campo elaborados durante los encuentros. Se realizaron cuatro reuniones a distancia debido al aislamiento social por la pandemia del COVID-19. El tema fue abordado y desarrollado a partir de lo que las participantes aportaron, ya que el objetivo de trabajo fue construir un espacio de escucha con foco en el cuidado y la acogida, a partir de

las experiencias de cada participante. Este estudio también afirma la importancia del trabajo sobre la violencia contra la mujer en los servicios de salud y la comprensión de que es un tema que pertenece al ámbito jurídico, a la seguridad pública, pero también al Sistema Único de Salud. Los principales resultados fueron reflexiones extraídas de cuatro categorías: acuerdos grupales y compartir; experiencias de violencia sexual, moral y patrimonial; posibilidades de vida más allá de la violencia y la prestación de cuidados a las mujeres. Las discusiones evidencian una construcción posible a través del trabajo no jerárquico, basado en la vinculación y acogida. La imposibilidad de monitorear las

repercusiones en la vida de estas mujeres en la forma en que enfrentan la violencia se considera una limitación e indica la necesidad de nuevas investigaciones para evaluar dichas repercusiones.

Palabras clave: La violencia contra las mujeres; Atención primaria; Grupos.

Abstract

This study aims to work on the theme of violence against women considering a work experience in a Women's Group in a Family Health Unit in the city of Vitória-ES. This is qualitative descriptive research, of the experience report type, which was constructed by different professionals from daily diaries produced during the meetings. Four meetings were held remotely due to the social isolation of the COVID-19 pandemic. The theme was approached and developed based on what the participating women brought about the subject, since the aim of this work was to build a space for listening with a

focus on maintaining care and welcoming, based on the experiences of each participating woman. This study also affirms the importance of work on violence against women within health services and the understanding that it is a topic that belongs to the legal sphere, to public safety, but also to the Health System. The main results were reflections drawn from four categories: group agreements and sharing; experiences of sexual, moral and property violence; life possibilities beyond violence and provision of care for women. The discussions demonstrate a possible construction through non-hierarchical work, based on bonding and welcoming. The impossibility of monitoring the repercussions on the lives of these women in the way they deal with violence is considered a limitation and indicates the need for new research to evaluate such repercussions.

Keywords: Violence against women; Primary care; Group.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) propõe um modelo de atenção que se orienta pela proposição de um acesso universal, equitativo e integral às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde (Paim, 2009). Para funcionar de acordo com tais princípios e desenvolver descentralização e capilaridade, o sistema tem como principal porta de entrada das(os) usuárias(os) a Atenção Básica (AB). A AB deve ser o contato preferencial das(os) usuárias(os) com o sistema de saúde e, por isso, precisa estar articulada às necessidades e aos equipamentos de cada território. Com tal articulação, é possível promover ações de saúde nos âmbitos individual e coletivo, contemplando a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, redução de danos e manutenção da saúde (Ministério da Saúde, 2012).

Na integração da AB com os desafios dos territórios, as ações de promoção à saúde têm papel importante por serem um dispositivo de transformação social (Iglesias, 2009). Essas ações operam por uma compreensão de saúde que abarca o estímulo à qualidade de vida das

pessoas e das comunidades, visando ao alcance de melhores condições de vida (Paim, 2009). É possível compreender a promoção à saúde como um fazer político na medida em que convoca a população para pensar a respeito dos serviços e dos processos de cuidado em saúde (Passos & Benevides, 2009). Ações de promoção podem atuar no sentido de politização do cotidiano ao favorecer espaços de transformação entre sujeitos e processos de invenção de si e do mundo (Iglesias, 2009).

O trabalho de promoção à saúde na AB é constituído por intermédio e também com as demandas de cada território, o que requer dos serviços uma atenção para as questões sociais da realidade brasileira. A extrema desigualdade social, os altos índices de pobreza, o racismo estrutural, a estrutura patriarcal do país e os preconceitos presentes na sociedade são exemplos de situações que, uma vez presentes na vida das(os) usuárias(os), demandam atenção especial por parte da AB. A entrada dessas demandas socio-históricas nos serviços está relacionada à noção de integralidade do SUS, que diz respeito à ampliação das possibilidades de cuidado, para além da

assistência médico-curativa, e à percepção do sujeito como um ser histórico, social e político inserido em determinado contexto ambiental (Paim, 2009; Ayres, 2022). Nesse sentido, Ayres (2022) argumenta sobre a necessidade de resistir à medicalização da vida, às perspectivas individualizantes de cuidado e à desconsideração dos direitos humanos; a fim de afirmar sempre as lutas e conquistas alcançadas no contexto do SUS na direção da integralidade da atenção e da construção de caminhos emancipadores para a saúde coletiva.

Assim, na construção de um cuidado coletivo e territorializado, alguns temas e pessoas em vulnerabilidade social aparecem, no contexto brasileiro, com demandas que devem ser destacadas, como a temática das violências ligadas às desigualdades sociais do país. Tais práticas de violência já são consideradas um grave problema de saúde pública (Jorge, 2002; Njaine, Assis, Constantino & Avanci, 2020; Moreira, Vieira, Cavalcanti, Silva & Feitosa, 2020; Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes & Reicheinhem, 2020), tendo como uma de suas possíveis configurações a violência contra mulheres. A violência contra a mulher é fundamentada na desigualdade de poder de gênero e, portanto, reflexo da estruturação patriarcal das sociedades ocidentais. Segundo a Lei n. 11.340 (2006) no Art 7º, a violência contra as mulheres pode se manifestar em atos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral. Tal problemática chega cotidianamente aos serviços de saúde e, por isso, a AB tem um papel importante na orientação e formação de profissionais, bem como na promoção, proteção, assistência e

recuperação da saúde dessas mulheres (Souza & Rezende, 2018).

É importante demarcar que, como afirmam Medeiros & Zanello (2018), a violência tem um grande impacto sobre a saúde mental das mulheres, mas esse aspecto não é necessariamente, abrangido de forma eficaz nos aparatos legais e na Lei Maria da Penha, que sequer estabelece como deve ser realizada a prevenção da integridade psicológica da mulher em situação de violência. Magalhães, Zanello & Ferreira (2023), ao analisar dados publicados pelo Data Senado¹ sobre a violência contra a mulher no Brasil no ano de 2019, afirmam que a violência precisa ser considerada em sua dimensão social e coletiva, mas também em sua dimensão mais íntima. Analisar as práticas de desigualdade de gênero e seus efeitos subjetivos mais íntimos inclui afirmar os impactos psicológicos vivenciados pelas mulheres vítimas de violência.

O contexto da violência contra as mulheres e seus impactos (sociais, coletivos, íntimos e psicológicos) se agravaram no Brasil durante a pandemia da COVID-19 causada pelo coronavírus, o que tornou ainda mais urgente que essa temática fosse amplamente discutida em ambientes e serviços públicos, essencialmente em espaços onde mulheres são cotidianamente atendidas (Vieira, Garcia & Maciel, 2020). No período de isolamento social, houve um aumento nos potencializadores da violência, incluindo a convivência forçada, a situação financeira desfavorável, as desigualdades sociais de modo geral, o estresse, o temor ao vírus, a redução de contato com familiares que podiam prestar apoio, a dificuldade de acesso aos serviços públicos e à convivência social. Além disso, a

¹ Data Senado (2019). Violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria de Transparência. Senado Federal.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/603476>

sobrecarga de mulheres nos afazeres domésticos, cuidados com os filhos, idosos e pessoas doentes representou uma redução da sua capacidade de evitar uma situação de conflito com homens autores de violência (Beiras, Nascimento & Incrocci, 2019; Oliveira & Cruz, 2021; Marques et al., 2020).

Nesse contexto, destacou-se a temática da violência contra mulher como um assunto a ser discutido com participantes de um Grupo de Mulheres em Unidade de Saúde da Família (USF) do município de Vitória. O objetivo principal deste estudo consiste em relatar as reflexões construídas coletivamente sobre o tema da violência contra a mulher com as participantes desse grupo e apresentar as diferentes tipificações desse tipo de violência; compreender o entendimento de mulheres acerca da violência contra seu próprio gênero; analisar os movimentos e reflexões que as mulheres realizam diante do tema da violência contra mulher; e divulgar os diferentes serviços especializados no atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência na Grande Vitória.

Método

Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir da inserção de estudantes de Psicologia, Psicóloga e uma residente de Fonoaudiologia no Grupo de Mulheres de uma Unidade de Saúde da Família (USF) do município de Vitória, estado do Espírito Santo. A presença de profissionais, estudantes e residentes aponta que o grupo funciona também como um espaço-tempo de aprendizado que vai ao encontro de um compromisso formativo, ético e crítico (Rossit et al., 2018).

A USF por meio da qual o Grupo de Mulheres se encontra vinculado atua como referência para habitantes de quatro bairros periféricos do município de Vitória-ES que, juntos, totalizam 11.855 habitantes com

importantes vulnerabilidades sociais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010). Na ocasião, para além dos trabalhadores das equipes de saúde da família, a unidade se compunha de profissionais de apoio – assistente social, farmacêutica, profissional de educação física e psicóloga – para atendimento às pessoas dos quatro bairros referenciados naquele serviço. Apesar de não se constituir oficialmente como Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), esses profissionais de apoio tentavam trabalhar na mesma lógica das equipes NASF-AB, a partir das orientações do Caderno de Atenção Básica n.39. Assim, a Psicologia, em parceria com outros profissionais, estudantes e residentes, realiza as seguintes atividades: atendimento individual, grupo de acolhimento, grupo de saúde mental, grupo de crianças, grupo de adolescentes, grupo de mulheres, para além da participação em reuniões de equipe, reuniões intersetoriais e intrasetorial.

Nesse contexto, em 2015, com base nas demandas individuais apresentadas nos atendimentos com a Psicóloga, iniciou-se o Grupo de Mulheres dessa unidade. Naquele momento, existiam queixas comuns entre as usuárias de 30 a 60 anos atendidas, como a exaustão de um cuidado exclusivo ao lar, aos filhos e aos companheiros, a ausência de planos e projetos individuais e a falta de um cuidado voltado a si. A recorrência dessas questões e o sofrimento por elas gerado, como ansiedade e depressão, dispararam a formação de um grupo, que passou a se reunir em um espaço destinado a essas mulheres para pensar coletivamente práticas de saúde e autocuidado. Desde o início, o grupo vem sendo acompanhado e conduzido pela Psicóloga, estudantes estagiários ou extensionistas e residentes. Além de acolher encaminhamentos dos atendimentos individuais em Psicologia, o grupo também recebe usuárias encaminhadas por outros profissionais da USF. Os encontros do grupo são ofertados de forma fixa semanalmente e

com duração de uma hora. Vale destacar que essa duração foi definida em parceria com as participantes, sendo esse o tempo que conseguem para se fazer presente na ação. As atividades desenvolvidas no grupo ocorrem de forma dialógica, disparadas por dispositivos ou recursos midiáticos como narrativas, dinâmicas, vídeos, fotos e músicas. As temáticas trabalhadas são indicadas pelas participantes ou propostas pela própria equipe de condução do grupo.

No ano de 2020, com a deflagração da pandemia da COVID-19, os atendimentos eletivos foram suspensos nos serviços de saúde de todo país, tendo como prerrogativa a estratégia do isolamento social para evitar o contágio pelo coronavírus. Nesse cenário, os encontros presenciais do Grupo de Mulheres foram suspensos cerca de um ano.

Todavia, a consistência do grupo apontava a possibilidade de encontrar outro modo de estar junto no momento de uma crise sanitária sem precedentes, que deflagrou no Brasil um cenário econômico e político desafiador. Assim, em março de 2021, após as participantes sinalizarem o desejo de retornar com os encontros, o grupo foi convidado a se reunir de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, durante o período de isolamento social, em horários e dias nos quais todas se sentiam seguras em casa para expor suas questões.

Foi criado então um grupo de WhatsApp e adicionadas as mulheres com interesse e disponibilidade (inclusive de espaço protegido) para participar dos encontros. No grupo, era compartilhado o link do Google Meet e diversas informações. Em setembro de 2021, movido por questões disparadas pelas participantes, o grupo se organizou para discutir a temática da Violência Contra a Mulher, exatamente em um contexto pandêmico que resultou no aumento dos casos de violência contra as mulheres. Para isso,

foram realizados quatro encontros entre os meses de setembro e outubro de 2021 sobre o tema, sendo discutidos os diferentes tipos de violência contra a mulher (física, sexual, psicológica, moral e patrimonial) e a violência doméstica. Cada tipo de violência foi descrito e caracterizado segundo as definições evidenciadas no site do Instituto da Lei Maria da Penha. Ademais, foi ressaltado, por indicação das próprias participantes, um vídeo contendo relatos de mulheres que vivenciaram violências e a maneira como enfrentaram e superaram tais acontecimentos. Para finalizar a sequência de encontros, foram exibidos por meio de slides os serviços existentes na região da Grande Vitória-ES que atendem mulheres em situação de violência. Os serviços foram categorizados entre aqueles que atendem e acolhem as vítimas, os que fazem notificação da violência e os que recolhem as denúncias.

Em relação aos aspectos éticos, é importante destacar que os encontros partiram de uma relação de confiança comprometida e aliada ao sigilo profissional acordado com as usuárias participantes do grupo. Nessa mesma direção, o sigilo será mantido nesse relato para preservar a identidade das mulheres que participaram das atividades. Além do registro das informações necessárias no prontuário de cada participante do grupo, as estudantes usaram diários de campo para registrar as atividades efetuadas, bem como as reflexões e análises construídas no campo. Vale salientar que o diário de campo recolhe os efeitos e reverberações dos encontros a partir dos registros de impressões, sentimentos e discussões construídas no grupo e, por isso, foram utilizados como ferramenta para a escrita desse estudo.

Resultados e discussão

O trabalho com o tema da violência contra mulher foi conduzido por intermédio da configuração coletiva e das demandas das participantes, conforme os pressupostos da

promoção à saúde. Seguindo o modo de condução deste grupo, buscou-se romper com o modelo pedagógico/educativo tradicional de transmissão de conhecimento e de hierarquia dos profissionais em relação aos usuários (Tiveron & Guanaes-Lorenzi, 2013). Assim, a temática foi abordada e desenvolvida com base no que foi mencionado pelas mulheres participantes a respeito do tema, uma vez que a aposta desse trabalho era construir um espaço de escuta com foco na manutenção do cuidado e do acolhimento, pautado nas experiências de cada mulher participante.

Primeiro encontro: pactuações e partilhas grupais

No primeiro encontro foi realizada uma breve discussão sobre a importância de se trabalhar o tema proposto, além da reflexão acerca de como a violência contra mulher se evidenciou durante o período da pandemia da COVID-19. As participantes enfatizaram acreditar na importância de trabalhar a temática e concordaram em fazê-lo na sequência dos encontros. Com a afirmação coletiva da importância de se tratar dessa temática, os encontros seguiram orientados pelo debate e pela definição dos diferentes tipos de violência contra mulher descritas e tipificadas na Lei n. 11.340 (2006). No intuito de partilhar informações consideradas importantes para o grupo, em cada encontro foi utilizada de forma breve a metodologia expositiva para destacar a definição de cada tipo de violência segundo o site do Instituto Maria da Penha². Compreende-se que a breve explicação foi essencial no sentido de ampliar a compreensão do que seja violência e funcionou como um ponto de partida para continuidade das reflexões sobre a temática.

Em cada um dos encontros, em seguida ao momento expositivo, o grupo se abriu à fala e se dispôs ao debate. Esses momentos foram sustentados pela metodologia dialógica, com inspiração freiriana, que tem como pressuposto um trabalho de discussão e reflexão construído por meio do diálogo (Freire, 1993). Mesmo que ocorresse primeiro um momento expositivo, o grupo se dedicava ao exercício de pensar a partir de problemas que interessavam às participantes e que atravessavam a vivência de cada uma.

Nesse encontro, o primeiro tipo de violência exposto foi a violência física, seguido da violência psicológica. As definições de cada um desses tipos de violência foram lidas segundo as informações do referido site, com ênfase nos exemplos relatados. Com as caracterizações exibidas, surgiram relatos pessoais de violências sofridas ou presenciadas por parte das mulheres e/ou por familiares próximos, que foram possíveis devido aos acordos e pactuações estabelecidos com elas sobre os dias e horários nos quais tinham certa garantia de privacidade. A troca de experiências pessoais foi indispensável no sentido de sinalizar que a caracterização do tipo de violência havia sido compreendida e que tais práticas criminosas não estão distantes da vida de cada participante, o que reafirmou a necessidade do trabalho com essa temática.

A abertura para compartilhar vivências tão íntimas e pessoais sinalizou a operação deste grupo como um dispositivo aberto à escuta, que reconhece a experiência de cada participante e que sustenta a possibilidade da partilha de experiências pessoais. Evidencia-se, assim, que quando o grupo se propõe a ouvir e compartilhar é possível tecer um exercício de confiança como a própria palavra confiar propõe: confiar - fiar com, tecer com (Sade,

² Tipo de violência. Recuperado de <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

Ferraz & Rocha, 2013). O exercício da partilha e da confiança se sustentam mutuamente, fazendo emergir desse ajuntamento de pessoas a grupalidade. A proposta construída especificamente para as demandas com um tema acessível a todas do grupo possibilitou um espaço adequado para interação, trocas e diálogo (Pereira & Sawaia, 2020).

Além dos relatos de caráter mais pessoal, foram expostos ainda casos de violência contra a mulher que se destacaram na mídia. Conforme as mulheres relatavam as violências vividas, presenciadas ou divulgadas na mídia, elas também se queixavam da ausência de uma legislação que de fato protegesse as mulheres e punisse os agressores, realçando afirmações como: “*Medida protetiva é só um papel, não funciona*” ou “*Políticas precisam ser mais eficazes*”. Esse é um ponto crucial da discussão, já que se por um lado é preciso pontuar os marcos legais já conquistados pelas mulheres brasileiras, como a Lei 11.340 (2006), nomeada Lei Maria da Penha, por outro, é essencial produzir uma análise crítica sobre a pouca efetividade da legislação na erradicação de práticas fundamentadas nas desigualdades de gênero.

Santos (2008) destaca três marcos legais relevantes que revelam a institucionalização de demandas de cuidado para com as mulheres: a criação das delegacias da mulher, na década de 1980; o surgimento dos Juizados Especiais Criminais, já em meados de 1990; e o marco mais recente, a criação da Lei 11.340 (2006), a chamada Lei Maria da Penha. A autora ressalta que esta última criou mecanismos amplos que abarcam desde ações para coibir a violência às práticas de punição e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. A consolidação de mecanismos legais que salientam ações concretas de enfrentamento às práticas de violência contra a mulher parece representar a assunção por partes dos governos e do Estado

de um compromisso frente à problemática (Cifali & Garcia, 2015).

Apesar da existência de parâmetros legais de prevenção da violência, proteção às vítimas e punição aos agressores, os números referentes à violência contra a mulher são alarmantes, com expressivo aumento durante a pandemia da COVID-19 (Cifali & Garcia, 2015; Campos, Tchalekian & Paiva, 2020). No ano de 2020, os casos de feminicídio cresceram 22% entre março e abril em 12 estados do Brasil, porém, houve queda nos registros de boletins de ocorrência, evidenciando um aumento na vulnerabilidade de mulheres durante a pandemia e uma maior dificuldade de realizar denúncia contra os agressores (Santos, Nunes, Rossi & Guannar, 2020). Esses dados revelam que a efetiva proteção à mulher encontra desafios no âmbito social, governamental e jurídico. Cifali e Garcia (2015) pontuam que o sistema enfrenta dificuldades em função da cultura institucional machista, que culmina na existência do patriarcalismo jurídico. Esse termo se refere às marcas masculinas e patriarcais no âmbito legislativo, que fazem com que o patriarcado se manifeste nas formas de condução de cada processo e no atendimento prestado à cada vítima (Sabadelli, 2013).

O patriarcalismo jurídico foi discutido no grupo de forma contundente pelas participantes já no primeiro encontro. Mesmo que o termo não fosse exatamente utilizado, foi discutido o acolhimento oferecido às vítimas nos aparatos legais, a descredibilidade que muitas mulheres recebem por parte de oficiais da justiça e a pouca importância dada às medidas protetivas, por exemplo. As usuárias mencionaram, ainda, que essa realidade distancia mulheres vítimas de violência do desejo de denunciar, já que podem sofrer preconceito e serem descredibilizadas mesmo nos serviços que deveriam ofertar proteção. Com isso, a violência contra mulher pode ser compreendida como um problema social

enraizado na estrutura da sociedade, que para ser combatido necessita de mudanças na legislação e no pensamento social. Essa discussão se faz indispensável, visto que a ausência das denúncias tem sido utilizada como forma de descredibilizar as vivências violentas ou para sustentar afirmações de que algumas mulheres gostam de estar em relações violentas. Durante o encontro, uma usuária trouxe o exemplo de sua irmã, que viveu durante anos com um homem violento e ignorou o apelo da família sobre as agressões que ela vivia. Essa mesma participante, inclusive, indagou se a irmã “*Gostava de ser agredida*”, e com o movimento do grupo se abriu a problematização sobre o que leva mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos.

A reflexão no grupo buscou problematizar os vários desafios que são impostos à vítima frente à possibilidade de denunciar o agressor e de romper com a relação com quem pratica a violência. Destacou-se a dependência financeira do agressor para cuidar de si ou de filhos, o medo de julgamento e/ou descredibilização do âmbito jurídico e na sociedade em geral, o medo de serem mortas após a separação, a crença na mudança de comportamento do parceiro, a desesperança e, sobretudo, a manipulação emocional que impede a realização da denúncia. As participantes também problematizaram o fato de algumas práticas de violência serem tão naturalizadas, a ponto de muitas mulheres não perceberem que vivenciam um relacionamento abusivo. Uma participante, também compartilhando experiências pessoais a partir de uma relação de confiança com o grupo, relatou o exemplo da própria mãe, que conseguia ver problemas nos relacionamentos de outras pessoas, mas que não percebia os

abusos que sofria de seu companheiro, mesmo diante de tantas evidências.

Para além dos fatores acima citados, é preciso ter em mente os efeitos no campo subjetivo que fundamentam a permanência de mulheres nas relações em que a violência ocorre. Saffioti (1994) profere que o caráter afetivo da relação é uma dificuldade quase insuperável no que diz respeito a denunciar o companheiro agressor. É preciso pensar, nessa direção, que não é ao acaso que o campo dos afetos se constrói também, nas relações entre homens e mulheres. Zanello (2018) destaca, a partir da contextualização acerca do lugar histórico ocupado pelas mulheres contemporâneas de esposas e mães, que existe uma operação no campo subjetivo que faz compreender o ser mulher por meio do dispositivo amoroso e do dispositivo materno. Permanecer nestes relacionamentos, e não denunciar as violências vividas, pode ser entendido como uma resposta subjetiva ao que significa ser mulher, porque amar e maternar são dispositivos sob os quais a noção contemporânea de mulher está embasada.

Para aprofundar a discussão, foi também realçada a informação de que grande parte dos feminicídios ocorre quando as mulheres estão tentando se separar dos agressores³, o que explica o medo enfrentado por muitas vítimas de romper com a relação. A manipulação apareceu também como um fator que impede a separação e, nesse momento, a violência psicológica se afirma como um dos dificultadores enfrentados por muitas mulheres para se desvencilhar de relacionamentos abusivos e, por isso, permanecem em um ciclo de violência. A permanência em relações nas quais a violência é perpetuada pode ser entendida como efeito de um padrão geral de comportamentos controladores fundamentados

³ O que é violência doméstica? Em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.htm>

no terror que envolve, dentre outros aspectos, intimidações, ameaças e a negação da identidade da mulher. Esse tipo de controle, denominado por Roso, Souza, Romio & Souza (2020) como terrorismo íntimo, aterra a pessoa sobrevivente no contexto de perpetuação de violência, distanciando-a das práticas nas esferas públicas por meio da utilização de táticas sistematizadas de terror, o que afasta a mulher vítima de violência dos recursos sociais que facilitam a saída das relações violentas. Segundo Paim (2015), o terrorismo íntimo ou guerra íntima (tradução nossa) envolve táticas similares às utilizadas nas guerras internacionais, como a promoção de choque e temor, o domínio emocional e psíquico, e a produção de realidades que funcionem como justificativa para as práticas de terror.

Segundo encontro: experiências de violência sexual, moral e patrimonial

Dando prosseguimento à temática, o segundo encontro abordou a violência sexual, a moral e a patrimonial. O encontro também foi iniciado com a metodologia expositiva, a partir da leitura das definições e exemplos de práticas de violências contidos no site do Instituto Maria da Penha. Em seguida, o grupo se encaminhou para o momento dialógico, e mais uma vez a metodologia combinativa de exposição e abertura ao diálogo se mostrou eficaz. Ressalta-se que a combinação entre exposição e diálogo não tem apenas fins informativos, mas também de produção de encontro entre sujeitos que buscam refletir e, conjuntamente, transformar os saberes existentes (Perondi & Machado, 2021). É uma aposta, portanto, que se sustenta na compreensão de que o conhecimento dos sujeitos, usuários e profissionais integrantes do grupo, não está pronto ou dado a priori, ele se refaz constantemente mediante a interação e o encontro (Freire, 1993).

Sobre a violência sexual, as participantes trouxeram exemplos da mídia em

que mulheres foram assediadas. Em um dos exemplos, uma mulher vestida com roupa de academia, que andava de bicicleta na rua, foi assediada por um homem que passou de carro ao seu lado. A mulher assediada caiu da bicicleta e quase foi atropelada pelo carro. Esse relato inflamou o discurso de como as mulheres correm riscos em todos os lugares e em todos os momentos. Ao andar de bicicleta na rua a mulher já se torna um alvo para um agressor. As participantes ressaltaram que ouviram repercussões sobre a roupa utilizada pela mulher quando foi assediada. Com indignação, determinadas mulheres manifestaram que uma roupa não pode justificar tais ações e que uma mulher precisa ser respeitada independente da roupa que usar. Essa indignação, no entanto, não foi afirmada na análise de todas as participantes e, dentro do próprio grupo, o julgamento sobre roupas utilizadas por mulheres apareceu como justificativa para práticas de assédio. Interessante notar, nesse momento, a condução tomada pelo próprio grupo de problematização daquilo que ali mesmo era enunciado. Na medida em que outras participantes do grupo se manifestavam e problematizavam sobre as naturalizações compartilhadas, abriu-se caminho para construção de uma reflexão coletiva abrangendo, não necessariamente de modo consciente, a temática do patriarcado e de como ele fundamenta a posição de homens e mulheres na sociedade. Colling (2020) pontua que o conceito de patriarcado passou a ser utilizado pelos movimentos feministas principalmente a partir da década de 60, denunciando relações de poder de homens sobre as mulheres, sendo caracterizada como forma de dominação e exploração destas. A autora sinaliza ainda que o modelo patriarcal tem grande influência nas relações conjugais, em que as desigualdades de direitos são legitimadas entre homens e mulheres.

Mais uma vez, a reflexão coletiva, tecida e construída no encontro, mesmo diante

do dissenso, mostrou-se contrária às percepções misóginas sobre o corpo da mulher, inclusive às narrativas que responsabilizam a mulher pela violência sofrida. Socialmente, diante de casos de violência são usados argumentos que perpetuam uma violência simbólica contra a mulher, que se funda na culpabilização e na ideia de punição da vítima. Diante de casos de assédio e violência sexual, por exemplo, as perguntas “*Que roupa usava essa mulher quando foi abordada?*” ou “*Em que local e em qual horário se encontrava quando foi abordada?*” revelam a lógica punitivista sobre as mulheres que sofrem violações (Sommacal & Tagliari, 2017). Essas afirmações refletem uma ótica de intenso controle sobre o corpo da mulher e de culpabilização de qualquer exercício de liberdade feminina, reflexo do machismo estrutural da sociedade. Movida por essa discussão em curso, uma usuária frisou sua preocupação na criação de seu filho em uma sociedade machista, que normaliza e vela a violência contra mulher. Mesmo que não tenha sido questionado de forma explícita, suas afirmações e queixas pareciam perguntar como criar um filho em um contexto social tão machista, de modo a ensiná-lo a não reproduzir práticas misóginas. Ao mesmo tempo, essa mesma usuária destacou também, a preocupação com a criação de sua filha, já que se sabe que muitas das compreensões acerca dos papéis de gênero são construídas nas relações familiares. A preocupação expressa por essa participante em construir um modo de educar que não compactue com a perpetuação de práticas machistas parece também se pautar na própria compreensão do papel feminino de materno, que inclui o bem educar, papel este condicionado ao que significa ser mulher nas sociedades ocidentais, de modo que o dispositivo materno se configura enquanto elemento essencial feminino (Zanello, 2018).

Como mãe de uma menina e de um menino, ficou para ela evidente a necessidade

de atentar para que em seu lar práticas machistas não sejam invisibilizadas e/ou perpetuadas. A usuária se queixa, inclusive, dos papéis que ela mesma ocupa dentro de casa e de como isso pode afetar a percepção de sua filha e de seu filho sobre o destino feminino naturalizado em uma sociedade patriarcal e machista: a posição de serviço e abnegação constante para realizar, sozinha, os cuidados familiares, a manutenção da satisfação conjugal e a realização de tarefas domésticas (Rodrigues et al., 2022; Oliveira et al., 2022). Assumir para si a tarefa da educação, da criação e do cuidado é efeito essencial da construção da maternagem, que se espera das mulheres nas sociedades patriarcais.

A objetificação do corpo da mulher sustenta as práticas de violências tipificadas na lei, mas tem também efeito para além disso. É a percepção da mulher como objeto a ser entregue e dominado pelos desejos masculinos que ampara, também, a colocação do feminino como posição de serviço. Afirma-se nesse estudo, por meio das reflexões no grupo, que a posição de sobrecarga incumbida às mulheres nas relações familiares pode também ser compreendida como uma forma de violência, já que promove adoecimento (Rodrigues et al., 2022). Ao relatar questões relacionadas à criação de filhos e filhas, tal situação apareceu como uma problemática a ser discutida no grupo.

O grupo também refletiu sobre os desafios atemporais de ser mulher na nossa sociedade, de modo que as dificuldades vividas na infância e adolescência das participantes se repetem na vida das meninas nos dias atuais. Uma participante relatou que ainda criança e ao longo de sua vida, com frequência, ouvia familiares de meninos afirmarem: “*Quem quiser que prendam suas cabritas, porque meu bode está solto*”. Hoje, já adulta, após ter ouvido a frase por anos consecutivos, trouxe a frase para o grupo como algo a ser discutido e relatou compreender o pensamento violento e

repressor presente nessa afirmação. O dito popular, ainda usado nos dias atuais, em que a sexualidade do homem continua a ser incentivada e a sexualidade feminina oprimida, revela o pensamento social que reprime o desenvolvimento do corpo da mulher e afirma a posição de dominação do homem (Sommacal & Tagliari, 2017). Essa posição de dominação atribuída ao sexo masculino é muitas vezes justificativa para a prática da violência sexual, já que, como proferem as autoras, a repressão do desenvolvimento sexual feminino está também atrelada a sua colocação em posição de objeto, cujo “destino é o consumo masculino, que idealiza uma mulher perfeita, sem ranhuras ou avarias. Esse fenômeno é denominado objetificação da mulher” (p. 254).

Além da violência sexual, esse segundo encontro também trabalhou com a violência patrimonial e as participantes salientaram práticas desse tipo de violência, tais como: controlar o dinheiro da mulher e as despesas e tomar posse do celular e documentos. Para Baptista (2020), essas práticas provocam parcial ou totalmente a perda da autonomia da mulher, de forma a prendê-la na relação, além de colocar a mulher na posição de propriedade masculina. A prática da violência patrimonial promove a perpetuação da condição de exploração feminina que com outras estratégias de controle compõe o conjunto sistematizado de ações de terror e coerção que podem ser entendidas como terrotismo íntimo ou guerra íntima (Paim, 2015; Roso et al. 2020).

No movimento das partilhas de saberes e experiências, uma usuária também relatou uma cena presenciada por ela que elucida o aspecto da violência de controle patrimonial. Na ocasião, a participante estava em um restaurante e viu um homem humilhar a mulher pela quantidade de comida que ela havia colocado no prato, já que ele é quem pagaria a conta. Essa situação simboliza a perda de autonomia feminina diante das vivências de violência já que, na posição de vítima é

impossibilitada de orientar suas escolhas e decisões no seu desejo e deve, ao violador, obediência. Ainda no segundo encontro, abordou-se a violência moral, que abarca práticas de calúnia, difamação, injúria, exposição da vida íntima, mentiras e acusações. A prática da violência moral se dá, comumente, no sentido de descredibilizar a vítima e fragilizar sua rede de apoio, fazendo parecer questionáveis ou duvidosos os relatos da violência feitos pela vítima, além de responsabilizá-la, muitas vezes, por um mau comportamento utilizado como justificativa para as agressões.

Por fim, houve um pedido das participantes de que fosse apresentado no encontro seguinte um vídeo que mostrasse mulheres que foram vítimas de violência, mas conseguiram romper a relação e vivem hoje livre de opressão. O pedido das participantes se tornou bastante significativo. Por um lado, sinaliza a construção conjunta do grupo no trabalho com essa temática e, por outro, fala também da importância de abordar possíveis caminhos para superar e lidar com as violências sofridas.

Terceiro encontro: possibilidades de vida para além da violência

Atendendo ao pedido das participantes, o terceiro encontro se iniciou com a exibição de um vídeo em que algumas mulheres que foram vítimas de violência falam sobre as violências sofridas, sobre o processo de se perceber em um relacionamento abusivo e também dos desafios e mudanças na vida após o encerramento do ciclo violento vivenciado. As mulheres do vídeo falam ainda sobre novas possibilidades, novos empregos, novos relacionamentos, e abordam sobre uma nova forma de olhar para si e admirar tantas qualidades esquecidas diante do contexto de abuso. O vídeo se encerra com uma mensagem sobre superação, dando sentido ao desejo das usuárias do grupo de poder tratar do tema da violência contra mulher por uma

perspectiva de libertação. Após a apresentação do vídeo, solicitou-se que as participantes expusessem sua impressão sobre o que viram e ouviram. Os relatos foram ao encontro do que foi discutido anteriormente sobre os desafios para o rompimento com parceiros violentos, sobre a dificuldade de conseguir seguir em frente e sobre encontrar novos sentidos para continuar a caminhada.

O fato de o grupo demandar à equipe da USF os elementos que desejava discutir, ou os assuntos que pretendia trabalhar, mostra o fato de que o cuidado em saúde se faz além da perspectiva de curar doenças. O cuidado se faz nas relações interpessoais, já que cuidar significa também ouvir as demandas e as necessidades das usuárias a partir de uma relação de confiança (Coelho et al., 2012). Foi possível observar o grupo se manifestar em grandeza de potência e sentido, produzindo reflexões, desejos, discussões, pontos de vista que se encontram e desencontram. Para Pereira e Sawaia (2020), a prática grupal é uma importante modalidade de cuidado e atenção, pois possibilita a potencialização da vida, das ações, das afetações, desenvolvimento de sujeitos, indicando caminhos possíveis e ampliando as vivências além do espaço grupal. Mostra-se a potência do grupo no enfrentamento da violência, tendo em vista a dimensão ético-política desse tema.

Quarto encontro: ofertas de cuidado às mulheres

Com o intuito de publicizar as possibilidades de cuidado às mulheres em situação de violência no SUS e seus direitos, no quarto e último encontro foram mostrados às mulheres os serviços disponíveis que atendem mulheres vítimas de violência na Grande Vitória. Foram salientados os dispositivos que naquele momento eram ofertados no município e faziam parte de uma rede de acolhimento, atenção e proteção da mulher: Unidades de Saúde, Casa do Cidadão, Serviço de Atenção às

Pessoas em Situação de Violência e Central de Atendimento à Mulher (180). A divulgação desses serviços foi feita considerando que pode haver desconhecimento por parte da sociedade do acesso a serviços especializados em casos de violência contra mulher.

Com isso, as profissionais envolvidas propuseram que as participantes expressassem algo que diriam para alguma mulher que já sofreu ou sofre com algum tipo de violência. Em conjunto, as mulheres elaboraram uma frase que foi material para a criação de um cartaz a ser colocado na recepção da USF, que também apresentava os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e trazia o dizer “*Você não precisa passar por isso: mulher não foi feita para apanhar*”. A intervenção, que ultrapassou os muros do grupo, aponta esse dispositivo como caixa de ressonância, justamente por ser compartilhado com mulheres que vivem uma realidade parecida e que habitam em um mesmo território. A caixa de ressonância traz a ideia do que é dito ou expresso ressoa no outro ou no próprio sujeito de algum modo, ou seja, algo toca, algo afeta. Essa troca de experiência possibilita a criação de uma rede social de suporte que rompe as fronteiras do grupo e passa a compor a vida cotidiana (Brasil, 2010). Foi possível observar uma continuidade do trabalho desenvolvido no grupo, a criação de uma rede. Isso se dá pela identificação de ideias, de vivências, pelo reconhecimento uma na outra para além do próprio grupo.

Outro efeito importante surgido no último encontro foi a proposta construída pelas participantes de trabalhar esse conteúdo das violências com as crianças e os adolescentes nas escolas, a partir da USF. De acordo com as próprias participantes, elas tentam educar desde cedo seus filhos e suas filhas para que não sejam homens violentos e sejam mulheres que saibam reconhecer e se defender da violência. As ações sugeridas viriam para compor esse processo educativo, pois a temática carece ser

discutida em diferentes espaços e diferentes momentos, com profissionais habilitados para trabalhar o tema. A partir da sugestão das participantes, as profissionais responsáveis pela coordenação do grupo se reuniram com outras trabalhadoras da USF e expuseram a proposta do grupo. No ano de 2022, a equipe da USF realizou intervenções nas escolas do território em que o serviço está localizado. Acredita-se que a proposta das participantes reverbera e tem impactos na aproximação entre rede escolar e rede de saúde no território em questão.

Por se tratar de um grupo com vínculo e relação de confiança estabelecidos, como já abordado, os encontros foram permeados de exemplos, histórias e relatos, o que colaborou no sentido de aprofundar as reflexões disparadas e fortalecer o lugar de protagonismo das mulheres participantes. A iniciativa das participantes de trocar informações para movimentar as reflexões no grupo e de propor um trabalho para a USF, mostra também um deslocamento das posições de saber tradicionais de profissionais em saúde. O espaço de trabalho com grupos, quando aberto às possibilidades, propicia que o saber esteja nas pessoas e não centrado nos profissionais de saúde (Furlam & Campos, 2010).

Considerações finais

Trabalhar com o tema da violência contra a mulher em um contexto pandêmico e com altos índices de violência por vezes podem ser muito desafiador. Contudo, tratar dessa temática em um grupo fortemente conectado e com alto grau de confiança se mostrou bastante potente. Essas condições, resultantes também do vínculo construído antes da pandemia e mantido nesse processo entre essas mulheres e a unidade, permitiram tratar com franqueza e muita pessoalidade um tema que era urgente e de próprio interesse das participantes. Os conteúdos disparados utilizados para trabalhar o tema se interligavam com as narrativas das

mulheres, aumentando a compreensão sobre o que se estava discutindo. As mulheres se reconheciam nos relatos e percebiam como a violência estava presente em situações antes inimagináveis. É interessante ponderar que, ao final dos encontros, o grupo construiu análise crítica sobre as práticas de violência contra a mulher, a ponto de compreendê-la como algo estrutural da nossa sociedade e que, por isso, deve ter como fonte de prevenção a infância e a juventude, seja na escola, seja no lar ou nos serviços de saúde.

A sugestão dada pelas integrantes do grupo também parece mostra que a construção de reflexões sobre a temática, como as que foram construídas nos últimos encontros, é uma ferramenta de prevenção, além da perspectiva de promoção à saúde, já que compreender de forma mais ampliada o que são práticas de violência contra a mulher fortalece a autonomia de cada usuária e evita as recorrências desse agravo. As discussões tiveram como eixo central problematizar as violências, o que desconstrói a naturalização das agressões contra a mulher. Acredita-se que o fortalecimento de cada mulher tem efeito em rede e, por isso, cada usuária com mais conhecimento e a partir das reflexões construídas, pode colaborar para que outras vítimas acessem os serviços e os meios necessários de interrupção do ciclo de violência. Afirma-se ainda nesse estudo a importância do trabalho sobre a violência contra a mulher dentro dos serviços de saúde e a compreensão de que é uma temática que pertence ao âmbito jurídico, à segurança pública, mas também ao SUS (Minayo, 2006). Além do atendimento de mulheres vítimas, o SUS deve construir uma atuação que promova um processo coletivo de conquista de autonomia das mulheres (Souza & Rezende, 2018).

Por fim, cabe ressaltar que tudo o que foi construído e repercutido no grupo foi possível por meio de um trabalho não

hierarquizado, em que as mulheres participantes foram as protagonistas de sua própria história, além de se ter trabalhado com uma escuta interessada pelos relatos que foram compartilhados durante os encontros. Tem-se como limitação desse estudo o fato das profissionais e estudantes não terem exatamente acompanhado as repercussões na vida dessas mulheres no que se refere ao modo de lidar com as violências, a partir da participação nesse grupo que abordou tal

temática. Desse modo, indica-se a necessidade de pesquisa-intervenção que possa avaliar tais repercussões por meio das vivências de espaços coletivos que se proponham a construir em conjunto as possibilidades de vida mais afirmativas para as mulheres em seu direito de equidade em saúde. Indica-se, ainda, a relevância de outros estudos que abordem essa temática para a produção de dados e exposição de experiência no lidar com a violência contra a mulher.

Referências

- Ayres, J. R. (2022). Vulnerabilidade, Cuidado e integralidade reconstruções conceituais e desafios atuais para as políticas e práticas de cuidado em HIV/Aids. *Saúde em Debate*, 46(spe7), 196–206. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E714>
- Baptista, R. R. O. (2020). *Você e seus filhos vão morrer de fome: a violência patrimonial e a permanência da mulher no relacionamento abusivo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde E Sociedade*, 28(1), 262–274. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. (2010). *Política Nacional de Humanização*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Campos, B., Tchalekian, B., & Paiva, V. (2020). Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/Covid-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-2-0. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>
- Cifali, A. C., & Garcia, T. O. (2015). Marco normativo e políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher: os desafios na efetivação dos direitos. *Sistema Penal & Violência*, 7(2), 137-147. <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.2.22056>
- Coelho, E. A. C., Silva, E. T. O., Sena, V. C., Barros, A. R., Nascimento, E. R. & Almeida, M. S. (2012). Demandas de Mulheres Por Cuidado à Saúde Subsídios Para Construção da Integralidade. *Revista Baiana de Enferm*, 26(3), 574-584. <https://doi.org/10.18471/rbe.v26i3.6850>
- Colling, A. M. (2020) Violência contra as mulheres - herança cruel do patriarcado. *Revista Diversidade e Educação*, 8(nº esp), 171-194. <https://doi.org/10.14295/dev8iEspeciam10944>
- Furlan, P. G., & Campos, G. W. S. (2010). Os grupos na atenção básica à saúde. In Ministério da Saúde (Ed), *Cadernos HumanizaSUS* (pp. 105-116). Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_basica.pdf
- Freire, P. (1993). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e terra.

- Iglesias, A. (2009). *Em nome da promoção à saúde análise das ações em unidade de saúde da macrorregião de Maruípe, Vitória – ES* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. (2010). População no último censo: Censo demográfico. Recuperado de http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_socioeconomicos/populacao/2000_2010/tab5.asp
- Jorge, M. H. P. M. (2002). Violência como problema de saúde pública. *Ciência e Cultura*, 54(1), 52-53. Recuperado de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100024
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Magalhães, B. M., Zanello, V., & Ferreira, I. F. C. (2023). Affects and Emotionalities in Women Who have Suffered Intimate Partner Violence. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(3), 1-21. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP15159.en>
- Marques, E. S., Moraes, C. L., Hasselmann M. H., Deslandes S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde*, 36(4), 1-6. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Ministério da Saúde. (2012). *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde
- Moreira, G. A. R., Vieira, L. J. E. de S., Cavalcanti, L. F., Silva, R. M. da, & Feitoza, A. R. (2020). Manifestações de violência institucional no contexto da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. *Saúde E Sociedade*, 29(1), e180895. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180895>
- Njaine, K., Assis, S. G. de, Constantino, P., & Avanci, J. O. (2020). Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz
- Medeiros, M. P. & Zanello, V. (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 384-403
- Oliveira, T. A. B., & Cruz, Maria H. S. (2021). Desprotegidas e silenciadas: violência doméstica contra as mulheres e tempos de isolamento social e pandemia Covid-19. *Rev Feminismos*, 9(3), 94-120. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/45117/27105>
- Oliveira, N. J., Silva, J. M. Q., Rosa, R. F. N., Marques, P. F., Almeida, M. S., & Coelho E. A. C. (2022). Iniquidades sociais e de gênero nas demandas de mulheres por acolhimento. *Esc Ana Nery*, 26, 1-6. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0400>
- Paim, J. S. (2009). *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz

- Paim, R. (2015). *Intimate War. Political Geography*, 44, 64-73.
<https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.09.011>
- Passos, E., & Benevides, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Pereira, E. R., & Sawaia, B. B. (2020). *Práticas grupais: espaço de diálogo e potência*. São Carlos: Pedro & João.
- Perondi, C., & Machado, C. L. B. (2021). O uso de metodologias dialógicas em grupos de educação alimentar e nutricional na atenção primária à saúde desafios e potencialidades. *Saberes Plurais Educ. Saúde*, 5(1), 92-116.
<https://doi.org/10.54909/sp.v5i1.109153>
- Rossit, R. A. S., Santos Junior, C. F. dos., Medeiros, N. M. H. de., Medeiros, L. M. O. P., Regis, C. G., & Batista, S. H. S. da S. (2018). Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre educação interprofissional (EIP): narrativas em foco. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22, 1511-1523.
<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0674>
- Rodrigues, L. S. A., Coelho, E. A. C., Aparício, E. C., Almeida, M. C., Suto, C. S. S., & Evangelista, R. P. (2022). Condicionantes de gênero na produção de demandas de mulheres de meia-idade. *Acta Paul Enferm*, (35), 1-12.
<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0124>
- Roso, A., Souza, J. G., Romio, C. M. & Souza, A. F. (2020). “Fique em Casa”: violência e terrorismo íntimo contra as mulheres em tempos de covid-19. *Inter- Legere*, 3(18), 1-30.
- Sabadelli, A. L. (2013). *Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Sade, C., Ferraz, G. C., & Rocha, J. M. (2013). O Ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e o aumento da potência de agir. *Fractal Rev Psicol*, 25(2), 281-298.
<https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200005>
- Saffioti, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, (2), 443-461.
- Santos, C. MD. (2008). *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. Oficina do Centro de Estudos Sociais nº 301. Recuperado de <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11080/1/Da%20Delegacia%20da%20mulher%20c3%a0%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>
- Santos, L. S. A., Nunes, L. M. M.; Rossi, B. A., & Gunnar, G. C. C. T. (2020). Impacts of the COVID-19 pandemic on violence against women: reflections from the theory of human motivation from Abraham Maslow. *In SciELO Preprints*.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.915>
- Sommacal, C. L., & Tagliari, P. A. (2017). A cultura do estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. *Revista da Esmesc*, (24)30, 245-268.
<http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmes.v24i30.p245>
- Souza, T. M. C., & Rezende, F. F. (2018). Violência contra a mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(2), 21-38.

<https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v9n1p21>

Tiveron, J. D. P., & Guanaes-Lorenzi, C. (2018). Tensões do Trabalho com grupos na estratégia saúde da família. *Psico*, 44(3), 391-401. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12200>

Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, 1-5. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e Subjetivação*. Curitiba: Editora Appris.

Dados sobre as autoras:

- *Débora de Souza Ferreira Ramos*: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Durante a graduação, desenvolveu projetos voltados à atuação da psicologia nas políticas públicas de saúde e educação. Foi integrante de projetos de extensão na área da saúde, com ênfase nas práticas da Atenção Básica no município de Vitória. É residente em Cuidados Paliativos pelo Instituto Capixaba de Ensino Pesquisa e Inovação em Saúde.
- *Dayane da Silva Neves*: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, com ênfase nas áreas de psicologia institucional e políticas públicas. Durante a graduação participou de projetos de extensão na área da saúde, com atividades desenvolvidas na Atenção Básica no município de Vitória.
- *Alexandra Iglesias*: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Saúde Coletiva pela mesma Universidade. Doutorado e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES. Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo/Departamento de Psicologia e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP-UFES.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
